



**CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

TERMO DE CONTRATO Nº 21/2019

PROCESSO: 6017.2019/0030885-0

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de instituição/empresa especializada em treinamento e capacitação de pessoas para ministrar o curso Escrituração Contábil Digital, para servidores da Secretaria Municipal da Fazenda.

CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Fazenda

CONTRATADA: ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO EPP

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.860,00

NOTA DE EMPENHO: 93.968/2019

DOTAÇÃO A SER ONERADA: 17.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00 ou
17.10.04.129.3011.3.001.4.4.90.39.00.01.

Termo de Contrato que entre si celebram o **Município de São Paulo**, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, e a empresa **ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO EPP**.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**, inscrita no CNPJ nº 46.392.130/0001-18, com sede na Rua Libero Badaro, nº 190 - 17º andar Centro, São Paulo - SP, CEP 01008-000, neste ato representada pela Coordenadora de Administração, Senhora **ELIANE OSTROWSKI**, conforme delegação de competência da Portaria SF nº 78, de 27/03/2019, adiante denominada simplesmente **SF, PMSP ou Contratante**.

CONTRATADA: ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO EPP, com sede na Avenida Paulista, nº 726, conj. 1606, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-910, inscrita no CNPJ nº 08.202.383/0001-92, telefone 11 3254-7652, celular 11 [REDACTED], e-mail: [REDACTED], neste ato representada por seu representante legal, conforme seus estatutos.

As partes acima qualificadas têm entre si justas e acordadas o presente contrato para a "**contratação de instituição/empresa especializada em treinamento e capacitação de pessoas para ministrar o curso Escrituração Contábil Digital, para servidores da Secretaria Municipal da Fazenda**.", nos termos da autorização contida no despacho SEI 021810848, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este instrumento tem como objeto a contratação de instituição/empresa especializada em treinamento e capacitação de pessoas, para ministrar o curso de **Escrituração Contábil Digital** para **04** (quatro) servidores da Secretaria Municipal da Fazenda.





**CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

1.1.1. O conteúdo do curso deverá atender ao detalhamento mínimo estabelecido no Termo de Referência – Anexo I e terá carga horária de 15 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. O curso ocorrerá nas dependências da Contratante “*in company*”, no Edifício Othon, Rua Líbero Badaró, nº 190 – Centro – São Paulo/SP com carga horária de 15(quinze) horas, conforme proposta anexada sob SEI nº 020004354.

2.2. O curso poderá ocorrer em qualquer dia da semana, preferencialmente na primeira quinzena do mês e em meio período.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.3. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor total da presente contratação é de **R\$ 5.860,00 (cinco mil e oitocentos e sessenta reais)**.

4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3. Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº **93.968/2019**, no valor de **R\$ 5.860,00 (cinco mil e oitocentos e sessenta reais)**, onerando a dotação orçamentária nº 17.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00 ou 17.10.04.129.3011.3.001.4.4.90.39.00.01 do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4. Não haverá reajuste de preços.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA e DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Iniciar o curso em até 30 (trinta) dias corridos do recebimento da ordem de serviço.
- b) Ministrar o treinamento de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I.
- c) Fornecer material didático de apoio referente ao curso, observando-se rigorosamente as características indicadas no conteúdo programático, sendo legíveis e de boa qualidade em complemento ao material didático disponível online e impresso.
- d) **A Contratada deverá fornecer, após 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, a definição didática, o planejamento/ conteúdo programático a ser ministrado na modalidade “in company”, ou turma fechada.**
 - d.1) O material a ser apresentado e entregue no curso, deverá ser encaminhado para aprovação da Contratante, em até 5 dias úteis, após a aprovação da didática e do planejamento/contéudo programático a ser ministrado, respeitando o conteúdo detalhado no Termo de Referência. Em caso da reprovação do material, a contratada terá mais 03 (três) dias úteis para a reapresentação adequada.
- e) Aplicar a avaliação do curso, quando houver.



**CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

- f) Enviar à Contratante o relatório contendo frequência dos alunos-servidores e notas de participação, atividades ou avaliações quando elas ocorrerem, ao término do curso.
- g) Emitir certificados de conclusão no final do curso, para cada servidor participante em até 30 (trinta) dias corridos, contados do término do curso.
- h) Designar um profissional que será responsável pela coordenação do serviço.
- i) **Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. Disponibilizar telefone e e-mail a fim de facilitar a comunicação do Fiscal do contrato com a empresa;**
- j) Realizar a reposição das aulas não ministradas em decorrência de algum tipo de imprevisto ou por falta exclusiva do instrutor. A reposição deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias após o término do curso.
- k) A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano que venha a ser causado à Administração ou a terceiros que eventualmente venha a ocorrer no cumprimento do contrato, podendo o valor referente ao prejuízo apurado ser descontado do pagamento de que for credor;
- l) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.2 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- d) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- e) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- f) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- g) A CONTRATANTE deverá fornecer lista dos alunos em até 2 (dois) dias úteis antes do início dos cursos;
- h) Conferir as listas de presença;
- i) Designar um responsável para ser o interlocutor com o coordenador do serviço da Contratada;
- j) A fiscalização pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, nos moldes da Portaria SF 92/2014.

6.1.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

6.1.1.1. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 6.1.1, não impede



Handwritten signatures and initials



**CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

6.3. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.4. Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

6.5. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco do Brasil, nos termos do disposto no Decreto Municipal nº 51.197/2010.

6.6. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

6.7. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0.5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.8. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.

6.9. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

6.10. Os pagamentos obedecerão às Portarias da Secretaria Municipal da Fazenda (SF) em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, observando-se os procedimentos contidos no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/03, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no subitem **7.2 e 7.2.1**, com as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

d) impedimento de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e descredenciamento nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

7.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

a) Multa de **3% (três por cento)**, sobre o valor do contrato, por dia de atraso, por descumprimento do subitem





**CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

5.1 "a". Cláusula Quinta deste instrumento. Após 10 (dez) dias, além da multa anterior, ultrapassado este prazo, será considerado o atraso como inexecução total do ajuste.

b) Multa de 2% (dois por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, por descumprimento dos subitens 5.1 "d" e "d.1", Cláusula Quinta deste instrumento.

c) Multa de 1% (um por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, por descumprimento dos subitens 5.1. "g" e "j", Cláusula Quinta deste instrumento.

d) Multa de 3% (três por cento), sobre o valor do contrato, por descumprimento de qualquer obrigação da CONTRATADA para a qual não haja penalidade específica, por ocorrência e, na reincidência será aplicado o dobro.

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por inexecução parcial do objeto.

f) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do acordo, por culpa da CONTRATADA, inclusive por inexecução total do contrato – devida e previamente demonstrada a falta cometida à Contratada.

7.2.1. Ocorrendo recusa da adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, em assinar o contrato, no prazo estabelecido neste contrato, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse.

7.3. Caso a CONTRATANTE releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste contrato.

7.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

7.5. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 55 do Decreto Municipal nº 44.279/2003.

7.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.7. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido ao Chefe de Gabinete, e protocolizado nos dias úteis, das 09h00 às 16h00, no Rua Líbero Badaró, nº 190 – 17º andar – Edifício Othon – Centro / SP, após o recolhimento em agência bancária dos emolumentos devidos.

7.8. No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

7.9. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada na Secretaria Municipal da Fazenda, localizada na Rua Líbero Badaró, nº 190 – 17º andar – Edifício Othon – Centro / SP.

7.10. O prazo para pagamento da multa será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.



**CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

CLÁUSULA OITAVA - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

8.1. Não será aceita, sob nenhum pretexto, a transferência, pela Contratada, da responsabilidade pela execução do objeto do Contrato.

8.2. O curso a ser ofertado deverá ser realizado por profissional Bacharel em Contabilidade com especialização e prática em escrituração fiscal digital em especial com ênfase no Sistema Público de Escrituração Digital SPED. Capacitar e atualizar os Auditores fiscais, com o advento das Obrigações Acessórias SPED/EFD.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

9.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE: Rua Libero Badaró nº 190 – 17º andar– Centro, São Paulo- SP, CEP 01008-000

CONTRATADA: Avenida Paulista, nº 726, conj. 1606, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-910

9.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

9.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

9.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

9.6. A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.7. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o Termo de Referência (**SEI 018255543**) e a proposta da contratada (**SEI 020004354**) todos do processo administrativo SEI nº **6017.2019/0030885-0**.

9.8. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Municipal nº 13.278/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

9.9. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

10.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.





**CIDADE DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, 24 de outubro de 2019.

ELIANE OSTROWSKI

Coordenadora de Administração Secretaria Municipal da Fazenda
(Contratante)

ALBERTO ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA GRANATO EPP
(Contratada)

Alberto Antonio Alves de Oliveira Granato
R.G. [REDACTED]

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Beatriz Lunardelli Zucchi Lima
Assessora
RF: 858.559-8
SF/COADM/DICOM

Nome:
CPF:

Samara Valencio
RF: 73.10.471
AGPP





**CIDADE DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

TERMO DE REFERÊNCIA

Programa de Capacitação/Atualização de Servidores de SF

1. OBJETO	Constitui objeto da presente licitação a contratação de instituição/empresa especializada em treinamento e capacitação de pessoas para ministrar o curso Escrituração Contábil Digital , para servidores da Secretaria Municipal da Fazenda.
2. JUSTIFICATIVA	<p>Com a evolução dos meios de escrituração e demonstrativos contábeis faz-se necessária a atualização de tais conceitos na área fiscal e tributária a fim de que os servidores possam bem desempenhar suas atribuições de análise de fatos tributários em meios digitais.</p> <p>O curso solicitado guarda pertinência com as atividades desenvolvidas no setor, tendo em vista o disposto no art. 53 da Lei 14.107:</p> <p>“Art. 53. Compete ao Conselho Municipal de Tributos:</p> <p>I - julgar, em segunda instância administrativa:</p> <p>a) no âmbito dos tributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico e dos tributos abrangidos pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, lançados na conformidade do que dispõe o Capítulo IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, por Auditor-Fiscal Tributário Municipal de São Paulo os recursos previstos no art. 41, bem como o reexame necessário previsto no art. 40, ambos desta lei, decorrentes de notificação de lançamento ou de auto de infração;</p> <p>b) os recursos previstos no art. 41 desta lei, decorrentes de pedidos de reconhecimento de imunidade tributária, de concessão de isenção, de enquadramento e desenquadramento como sociedade de profissionais a que se refere o art. 15 da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, bem como decorrentes do indeferimento da opção pelo Simples Nacional, da exclusão de ofício do Simples Nacional e do desenquadramento de ofício do regime de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; (Redação dada pela Lei nº 16.272, de 2015)</p> <p>- representar ao Secretário Municipal de Finanças, propondo a adoção de medidas tendentes ao aprimoramento do Sistema Tributário do Município e que objetivem, principalmente, a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os da Fazenda Municipal;”</p>





**CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

3. QUANTIDADE DE VAGAS E CRITÉRIO DE ESCOLHA DOS INDICADOS	4 (quatro) vagas CRITÉRIO DE ESCOLHA: Para ser equânime serão dois Representantes Fiscais e dois Conselheiros que poderão então ser os multiplicadores de conhecimento em cada departamento. Os Conselheiros do CMT e os Representantes Fiscais são incumbidos de analisar lançamentos/procedimentos tributários utilizando o processo da contabilidade em tal tarefa e necessitam se atualizar com os novos sistemas contabilidade/escrituração digital.
4. CARGA HORÁRIA TOTAL	10h a 15h (horas cheias)
5. DIAS DO CURSO	Indiferente
6. HORÁRIO DE REALIZAÇÃO	Indiferente
7. LOCAL DE REALIZAÇÃO	Nas dependências da contratante (in company).
8. PRAZO DE INÍCIO DO CURSO E SUA EXECUÇÃO	O início do curso deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos do recebimento da ordem de serviço.
9. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	O conteúdo deverá atender ao detalhamento mínimo estabelecido no Anexo I deste termo de referência.
10. PERFIL DO INSTRUTOR	Bacharel em Contabilidade com especialização e prática em escrituração fiscal digital em especial com ênfase no Sistema Público de Escrituração Digital SPED. Capacitar e atualizar os Auditores fiscais, com o advento das Obrigações Acessórias SPED/efd
11. METODOLOGIA	Aplicação de exercícios práticos com ênfase em lançamentos contábeis de tributos municipais. Certificado de participação.





**CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

12. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE	<ol style="list-style-type: none">1. Fornecer lista dos alunos em até 2 (dois) dias úteis antes do início dos cursos.2. Conferir as listas de presença.3. Designar um responsável para ser o interlocutor com o coordenador do serviço da Contratada.
13. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	<ol style="list-style-type: none">1. Iniciar o curso em até 30 (trinta) dias corridos do recebimento da ordem de serviço.2. Ministrando o treinamento de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência3. Fornecer material didático de apoio referente ao curso, observando-se rigorosamente as características indicadas no conteúdo programático, sendo legíveis e de boa qualidade em complemento ao material didático disponível online e impresso.4. No caso do curso a ser ministrado, for na modalidade "in company", ou turma fechada, a contratada deverá fornecer, após 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, a definição didática, o planejamento/ conteúdo programático a ser ministrado; 4.1 O material a ser apresentado e entregue no curso, deverá ser encaminhado para aprovação da contratante, em até 5 dias úteis, após a aprovação da didática e do planejamento/ conteúdo programático a ser ministrado, respeitando o conteúdo detalhado no Anexo I deste Termo de Referência. Em caso de reprovação do material, a contratada terá mais 03 (três) dias úteis para a reapresentação adequada.5. Aplicar a avaliação do curso, quando houver.6. Enviar à Contratante o <u>relatório contendo frequência dos alunos- servidores e notas de participação, atividades ou avaliações quando elas ocorrerem</u>, ao término do curso.7. Emitir certificados de conclusão no final do curso, para cada servidor participante, em até 30 (trinta) dias corridos.8. Designar um profissional, preposto, que será responsável pela coordenação do serviço.9. Realizar a reposição das aulas não ministradas em decorrência de algum tipo de imprevisto ou por falta exclusiva do instrutor, sem prejuízo da eventual substituição acima prevista. A reposição deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos após o término do curso.



[Handwritten signature]



**CIDADE DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

14. VISTORIA E TESTES DE EQUIPAMENTOS NOS CASOS DE CURSOS "IN COMPANY"	<p>1. Às empresas interessadas será facultada a realização de visita às dependências das salas de treinamento, do Edifício Othon, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para verificar o espaço físico das salas de treinamento e realizar os testes necessários quanto às apresentações do material expositivo e a compatibilidade entre os equipamentos da CONTRATADA com os equipamentos disponibilizados pela CONTRATANTE, e todas as informações relativas à sua descrição;</p>
	<p>2. A visita poderá ser agendada através do e-mail: coadm_capacitacao@prefeitura.sp.gov.br;</p> <p>3. As licitantes não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, e nem a incompatibilidade dos equipamentos mesmo que optem por não vistoriar;</p> <p>4. Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato.</p>
15. DISPOSIÇÕES GERAIS/ INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	<p>- Não será aceita, sob nenhum pretexto, a transferência, pela Contratada, da responsabilidade pela execução do objeto do Contrato.</p>
16. PAGAMENTO	<p>O pagamento será realizado após 30 dias da entrega da Nota Fiscal, ou documento equivalente, nos termos da Portaria SF 92/14.</p> <p>- A ausência do aluno em determinados módulos e/ou atividades por culpa exclusiva deste, não implicará redução do pagamento, desde que mantidas todas as condições de disponibilidade do curso, nos dias e horários.</p>



